

OTHON M. GARCIA

# COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA

27ª EDIÇÃO

ATUALIZADA E COM A NOVA  
ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA



**OTHON M. GARCIA**

DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

**COMUNICAÇÃO**  
**EM PROSA**  
**MODERNA**

Aprenda a escrever, aprendendo a pensar



Copyright © 1967 Othon M. Garcia

EDITORA FGV

Rua Jornalista Orlando Dantas, 37

22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil

Tels.: 0800-021-7777 | 21-3799-4427

Fax: 21-3799-4430

editora@fgv.br | pedidoseditora@fgv.br

www.fgv.br/editora

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).*

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

27ª edição — 2010 | 1ª e 2ª reimpressões — 2011

Preparação de originais e atualização de normas técnicas: Sandra Frank

Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni e Tathiana Viana

Diagramação para eBook: Estúdio O.L.M./Flavio Peralta

Capa: Adaptação de Adriana Moreno sobre projeto gráfico original de Tira Linhas Studio

---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Mario Henrique Simonsen/FGV

Garcia, Othon M. (Othon Moacyr), 1912-2002

Comunicação em prosa moderna : aprenda a escrever, aprendendo a pensar / Othon M. Garcia – 27. ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010. 548 p.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-225-0831-0

1. Comunicação. 2. Língua portuguesa – Gramática. 3. Língua portuguesa – Retórica. I. Fundação Getulio Vargas. II. Título.

CDD – 808

# 1.0 Os sentidos das palavras



## 1.1 Palavras e ideias

Em pesquisa que realizou, o dr. Johnson O'Connor, do Laboratório de Engenharia Humana, de Boston, e do Instituto de Tecnologia, de Hoboken, Nova Jersey, submeteu a um teste de vocabulário 100 alunos de um curso de formação de dirigentes de empresas industriais (*industrial executives*), os executivos. Cinco anos mais tarde, verificou que os 10% que haviam revelado maior conhecimento ocupavam cargos de direção, ao passo que dos 25% mais “fracos” nenhum alcançara igual posição.

Isso não prova, entretanto, que, para *vencer na vida*, basta ter um bom vocabulário; outras qualidades se fazem, evidentemente, necessárias. Mas parece não restar dúvida de que, dispondo de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento de maneira clara, fiel e precisa, estamos em melhores condições de assimilar conceitos, de refletir, de escolher, de julgar, do que outros cujo acervo léxico seja insuficiente ou medíocre para a tarefa vital da comunicação.

Pensamento e expressão são interdependentes, tanto é certo que as palavras são o revestimento das ideias e que, sem elas, é praticamente impossível pensar.<sup>1</sup> Como pensar que “amanhã tenho uma aula às 8 horas”, se não prefiguro mentalmente essa atividade por meio dessas ou de outras palavras equivalentes? Não se pensa *in vacuo*. A própria clareza das ideias (se é que as temos sem palavras) está intimamente relacionada com a clareza e a precisão das expressões que as traduzem. As próprias impressões colhidas em contato com o mundo físico, através da experiência sensível, são tanto mais vivas quanto mais capazes de serem traduzidas em palavras — e sem impressões vivas não haverá expressão eficaz. É um círculo vicioso, sem dúvida: “...nossos hábitos linguísticos afetam e são igualmente afetados pelo nosso comportamento, pelos nossos hábitos físicos e mentais normais, tais como a observação, a percepção, os sentimentos, a emoção, a imaginação” (Gurrey, 1959:2). De forma que um vocabulário escasso e inadequado, incapaz de veicular impressões e concepções, mina o próprio desenvolvimento mental, tolhe a imaginação e o poder criador, limitando a capacidade de observar, compreender e até mesmo de sentir.

Não se diz nenhuma novidade ao afirmar que as palavras, ao mesmo tempo que veiculam o pensamento, lhe condicionam a formação. Há século e meio, Herder já proclamava que um

povo não podia ter uma ideia sem que para ela possuísse uma palavra,

testemunha Paulo Rónai em artigo publicado no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e mais tarde transcrito na 2ª edição de *Enriqueça o seu vocabulário* (Ferreira, 1965).

Portanto, quanto mais variado e ativo é o vocabulário disponível, tanto mais claro, tanto mais profundo e acurado é o processo mental da reflexão. Reciprocamente, quanto mais escasso e impreciso, tanto mais dependentes estamos do grunhido, do grito ou do gesto, formas rudimentares de comunicação capazes de traduzir apenas expansões instintivas dos primitivos, dos infantes e... dos irracionais.

## 1.2 Vocabulário e nível mental

Acreditam alguns que o nível mental, apurado segundo a técnica dos testes de Stanford-Binet — aquilo a que os americanos em geral dão tanta importância e que se traduz na sigla com aura meio cabalística I. Q. (*intelligence quotient*) —, se relaciona muito de perto com o domínio do vocabulário. São conhecidas as experiências levadas a efeito com grupos de colegiais para apurar essa relação entre o quociente de inteligência e o conhecimento de palavras. Tais experiências consistem em selecionarem-se dois grupos de estudantes da mesma comunidade, da mesma idade, do mesmo nível social (até onde seja possível pôr à prova tudo isso), dando-se a cada um tratamento diverso: o primeiro grupo recebe ensinamento normal, seguindo o currículo escolar; o segundo é especialmente treinado em exercícios de vocabulário, além das aulas em comum com o outro grupo. Ao termo de período convencionado, as notas são confrontadas, verificando-se então que o aproveitamento do segundo grupo é muito maior do que o do primeiro, e não apenas em inglês (para o caso das experiências realizadas nos Estados Unidos), mas também nas outras matérias, inclusive matemática e ciências.<sup>2</sup>

Para outros entendidos, entretanto, essa relação é falaciosa; consideram eles o elevado índice de vocabulário não como sintoma de inteligência e amadurecimento mental, mas apenas como sinal de uma experiência variada. Vocabulário rico é, assim, manifestação e não fator de inteligência. Não há, segundo esses entendidos, fundamentos seguros para presumir que se possa estimular o nível mental através do ensino do vocabulário. Em suma: conhecemos palavras porque somos inteligentes, e não somos inteligentes só porque conhecemos palavras.<sup>3</sup>

Por outro lado, não é ocioso advertir ainda que apenas um grande domínio do vocabulário não implica necessariamente igual domínio da língua; se assim fosse, os que se dedicam ao passatempo das palavras cruzadas e os autores de dicionários seriam forçosamente grandes escritores ou oradores, o que nem sempre, ou raramente, ocorre, como se sabe. Se praticamente não se pode pensar sem

palavras, é errôneo presumir que, dispondo apenas delas, se disponha igualmente de agilidade mental e de facilidade de expressão, pois é sabido que o comando da língua falada ou escrita pressupõe o assenhoreamento de suas estruturas frasais combinado com a capacidade de discenir, discriminar e estabelecer relações lógicas, de forma que as palavras não apenas veiculem ideias ou sentimentos, mas reflitam também a própria atitude mental.

A conclusão óbvia que se pode tirar dessas assertivas e objeções a respeito da importância do vocabulário é que, se apenas o conhecimento de palavras não é suficiente para a expressão do pensamento, torna-se igualmente estulto presumir que basta estudar gramática para saber falar e escrever satisfatoriamente. Nenhum professor ignora isso. Não obstante, quase todos nós, por vício, tradição ou comodismo, achamos mais fácil e mais simples dar e mandar decorar mil e uma regrinhas gramaticais malsinadas e inúteis, que vão muito além do mínimo indispensável ao manejo correto da língua. O que acontece é que não sobra *tempo* para o resto — e infelizmente é nesse *resto* que está o essencial.

### 1.3 Polissemia e contexto

A linguagem — seja ela oral ou escrita, seja mímica ou semafórica — é um sistema de símbolos,<sup>4</sup> signos ou signos-símbolos, voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos, mediante o qual o homem se comunica com seus semelhantes, expressando suas *ideias*, *sentimentos* ou *desejos*. Suas três primordiais funções são, assim, a *representação* (ideias), a *exteriorização psíquica* (sentimentos) e o *apelo* (desejos, vontade), ou, como quer Karl Bühler, (1950:41), “expressão, apelo e representação”.

A linguagem ideal seria aquela em que cada palavra (*significante*) designasse ou apontasse apenas uma coisa, correspondesse a uma só ideia ou conceito, tivesse um só sentido (*significado*). Como tal não ocorre em nenhuma língua conhecida, as palavras são, por natureza, enganosas, porque polissêmicas ou plurivalentes. Muitas constituem mesmo uma espécie de constelação semântica, como, por exemplo, *ponto* e *linha*, que têm (segundo o *Dicionário* de Laudelino Freire) cerca de 100 acepções.

Isoladas do seu contexto ou situação,<sup>5</sup> as palavras *quase* nada significam de maneira precisa, inequívoca (Ogden e Richards são radicais: “as palavras *nada* significam por si mesmas”):

o que determina o valor (= sentido) da palavra é o contexto. A palavra situa-se numa ambiência que lhe fixa, a cada vez e momentaneamente, o valor. É o contexto que, a despeito da variedade de sentidos de que a palavra seja suscetível, lhe impõe um valor “singular”; é o contexto também que a liberta de todas as representações passadas, nela acumuladas pela memória, e que lhe atribui um valor “atual”. Mas, independentemente do emprego que dela se faça, a palavra existe no espírito com todos os seus significados

latentes e virtuais, prontos a surgir e a se adaptarem às circunstâncias que a evoquem.

(Vendryes, 1921:211)

Assim, por mais condicionada que esteja a significação de uma palavra ao seu contexto, sempre subsiste nela, palavra, um núcleo significativo mais ou menos estável e constante, além de outros traços semânticos potenciais em condições de se evidenciarem nos contextos em que ela apareça.<sup>6</sup> Se, como querem Ogden e Richards, as palavras por si mesmas nada significam, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente, o que tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação linguística.

Geralmente, quando queremos saber o sentido de uma palavra recorremos ao dicionário; mas pode acontecer: a) que ela não esteja averbada; b) que a definição dela não se ajuste ao sentido da frase que ouvimos ou lemos; c) que o dicionário dê mais de um significado ou acepção. Em qualquer hipótese, só mesmo o contexto é que nos pode ajudar.

No seguinte passo de Manuel Bernardes, só o contexto verbal nos permite saber em que sentido estão empregadas as palavras “explicando”, “remos” e “golfo”:

Depois de um espaço, a seu parecer [do monge] mui curto, *explicando* o passarinho os breves *remos* de suas ligeiras peninhas, foi cortando esse *golfo* de ares, e desapareceu, deixando ao seu ouvinte assaz magoado, porque nada do que se possui com gosto, se perde sem desconsolação (...)<sup>7</sup>

(Galvão, 1964:21)

A narrativa é conhecida (aparece em várias antologias): um religioso, reparando no Salmo 89, onde se lê que “mil anos diante de Deus são como o dia de ontem”, saiu para um pomar ou jardim a fim de “penetrar o espírito desta admirável sentença”. Estava o monge entregue às suas meditações, quando um passarinho se pôs a cantar tão maviosamente, que ele se esqueceu do tempo. Quando regressou ao mosteiro, ninguém o reconheceu. Recorrendo-se então “à fé das crônicas e memórias antigas”, lá se achou nomeado que, no tempo do abade a que ele se referia, realmente desaparecera um monge, e, feito o cômputo dos anos, verificou-se que se tinham passado 300.

Não cremos que qualquer dicionário elucide o leitor quanto ao sentido das três palavras grifadas no trecho transcrito. Vejamos o “dicionário do Aurélio”:

*Explicar*: tornar inteligível ou claro (o que é ambíguo ou obscuro); justificar; lecionar; ensinar, significar; expressar; expor; explanar; dar a conhecer a origem ou o motivo de; exprimir-se; dar razão das suas ações ou palavras; dar satisfação ou explicação; pagar (gíria brasileira).

*Remo*: instrumento de madeira que serve para fazer avançar na água pequenas

embarcações; indígenas da tribo dos Remos (Javari).

*Golfo*: porção de mar que entra profundamente pela terra e cuja abertura é muito larga;  
nome de planta.

Tomadas no seu sentido literal, referencial ou denotativo (ver a seguir), essas palavras deixariam o leitor perplexo. Só o contexto poderia esclarecê-lo, levando-o a tomar *explicando* no sentido de *desdobrando*, *abrindo* e a ver em *remos* e *golfo* duas metáforas (sentido figurado, conotativo ou afetivo) com que o autor procurou tornar mais vivas e pitorescas as ideias de *asas* e *imensidão do espaço aéreo*.

Estamos vendo assim que as palavras são elos numa cadeia de ideias e intenções, interligadas umas às outras por íntimas relações de sentido: dissociá-las da frase é desprovê-las da camada do seu significado virtual, *i.e.*, contextual. Isso é o que ocorre na língua viva, na língua de todos os dias, quer falada ou coloquial, quer escrita ou literária. Conhecer-lhes o significado dissociado do contexto não é suficiente. Portanto, exercícios de vocabulários que constem de listas de palavras para decorar pouca utilidade têm. Só através da leitura e da redação é que se pode construir um vocabulário vivo e atuante, incorporado aos hábitos linguísticos. Isso, entretanto, não impede, antes, pelo contrário, justifica que se lance mão de artifícios capazes de permitir a simulação de situações reais, de uma espécie de contexto *ad hoc*. É o que se faz às vezes, se bem que nem sempre com a necessária frequência, quando se abrem lacunas em frases completas para preencher, ou quando se propõem séries de palavras sinônimas ou não para escolha da(s) que se adapte(m) ao contexto verbal. Outro tipo de exercício também eficaz consiste em se criarem situações globais em torno de certas áreas semânticas, como, por exemplo, as dos sentidos, para a expressão de impressões (cores, formas, sons, odores, etc.). No entanto, o melhor processo para a aquisição de vocabulário é aquele que parte de uma experiência real e não apenas simulada, pois só ela permite assimilar satisfatoriamente conceitos e ideias que traduzam impressões vivas. É inútil ou, pelo menos, improfícuo tentarmos traduzir impressões ou juízos que a experiência, *lato sensu*, não nos proporcionou.

#### 1.4 Denotação e conotação: sentido referencial e sentido afetivo

Por mais variados que sejam, os sentidos das palavras situam-se em dois níveis ou planos: o da *denotação* e o da *conotação*, duas antigas denominações,<sup>8</sup> que a lógica e a linguística moderna vêm remanipulando e reconceituando em termos nem sempre muito claros e nem sempre coincidentes, o que dá margem — como dizem os autores do *Dictionnaire de linguistique*,<sup>9</sup> no verbete “*connotation*” — a uma “desordem terminológica”.

Para a semântica estrutural, *denotação* é aquela parte do significado de uma



palavra que corresponde aos *semas específicos e genéricos*, i.e., aos traços semânticos (rever nota 6) mais constantes e estáveis, ao passo que *conotação* é aquela parte do significado constituída pelos semas *virtuais*, i.e., só atualizados em determinado contexto. A mesma conceituação pode ser expressa em termos um pouquinho mais claros: *denotação* é o elemento estável da significação de uma palavra, elemento *não subjetivo* (grave-se esta característica) e analisável fora do discurso (= contexto), ao passo que a *conotação* é constituída pelos elementos *subjetivos*, que variam segundo o contexto. De acordo com Eco (1971:22)

Em alguns sistemas semânticos indica-se como *denotação* de um símbolo a classe das coisas reais que o emprego do símbolo abarca (“cão” denota a classe de todos os cães reais), e como *conotação* o conjunto das propriedades que devem ser atribuídas ao conceito indicado pelo símbolo (entender-se-ão como conotações de “cão” as propriedades zoológicas mediante as quais a ciência distingue o cão de outros mamíferos de quatro patas). Nesse sentido, a denotação identifica-se com a *extensionalidade*, e a conotação com a *intencionalidade* (*sic*)<sup>10</sup> do conceito.”

O há pouco citado *Dictionnaire de linguistique* nos dá, no verbete “*connotation*”, uma definição um pouco mais clara e mais acessível aos leigos: denotação é

tudo aquilo que, no sentido de um termo, é objeto de um consenso na comunidade linguística. Assim, *rouge* (vermelho) denota uma cor precisa em termos de amplitude de onda, para a comunidade francesa. A conotação é, então, o que a significação tem de particular para o indivíduo ou um dado grupo dentro da comunidade; por exemplo, a conotação política de *rouge* não será idêntica para toda a coletividade de fala francesa.

Bem: a esta altura, o leitor não iniciado nessas sutilezas semânticas já deve ter assimilado os conceitos de denotação e conotação. Ainda assim, tentemos tornar a “coisa” mais clara, servindo-nos de uma linguagem mais acessível.

Quando uma palavra é tomada no seu sentido usual, no sentido dito “próprio”, isto é, não figurado, não metafórico, no sentido “primeiro” que dela nos dão os dicionários, quando é empregada de tal modo que signifique a mesma coisa para mim e para você, leitor, como para todos os membros da comunidade sociolinguística de que ambos fazemos parte, então se diz que essa palavra tem sentido *denotativo* ou *referencial*, porque denota, remete ou se *refere* a um objeto do mundo extralinguístico, objeto real ou imaginário. A palavra assim empregada é entendida independentemente de interpretações individuais, interpretações de natureza afetiva ou emocional, o seu significado não resulta de associações, não está condicionado à experiência ou às vivências do receptor (leitor, ouvinte). O seu sentido é, digamos assim, “pão, pão, queijo, queijo”.

Se, entretanto, a significação de uma palavra não é a mesma para mim e

para você, leitor, como talvez não o seja também para todos os membros da coletividade de que ambos fazemos parte, e não o é por causa da interpretação que cada um de nós lhe possa dar, se a palavra não remete a um objeto do mundo extralinguístico mas, sobretudo, sugere ou evoca, por associação, outra(s) ideia(s) de ordem abstrata, de natureza afetiva ou emocional, então se diz que seu valor, *i.e.*, seu sentido, é *conotativo* ou *afetivo*. Exemplifiquemos. A palavra “cão” tem sentido denotativo quando denota, aponta, designa o animal doméstico, mamífero, quadrúpede, canino; mas é pura conotação (e, no caso, também metaforização) quando expressa o desprezo que me causa uma pessoa sem caráter ou extremamente servil. *Verde*, no sentido de cor resultante da combinação do azul com o amarelo no espectro solar, de cor das ervas e das folhas da maioria das plantas, é pura *denotação*: se peço uma camisa *verde*, o lojista não me trará uma *vermelha* (a menos que seja daltônico). Mas, se *verde* me sugere esperança, se *verde* significa que algo ainda não se desenvolveu completamente, então seu sentido é *conotativo* ou *afetivo* (e, no caso, também metafórico). Branco = cor resultante da combinação de todas as cores no espectro solar = *denotação*; mas branco = inocência, pureza, imaculação = *conotação*. A palavra *rosa* não significa a mesma coisa (do ponto de vista afetivo, *lato sensu*) para o botânico interessado na classificação das espécies vegetais, para o jardineiro profissional incumbido de regá-la, para o amador que a cultiva como passatempo nos fins de semana e procura, por simples deleite, obter, através de enxertos e cruzamentos, uma espécie nova para exibir a amigos e visitas. Muito diversa há de ser ainda a conotação para a dona de casa que com ela adorne um centro de mesa, para o florista que vê nela apenas um objeto de transação comercial rendosa. Para o jovem que a oferece à namorada, a rosa é muito mais do que uma rosa; é assim como “uma rosa é uma rosa, é uma rosa”, do consabido verso de Gertrude Stein...

Conotação implica, portanto, em relação à coisa designada, um estado de espírito, um julgamento, um certo grau de afetividade, que variam conforme a experiência, o temperamento, a sensibilidade, a cultura e os hábitos do falante ou ouvinte, do autor ou leitor. Conotação é, assim, uma espécie de emanção semântica, possível graças à faculdade de associação de ideias inerente ao espírito humano, faculdade que nos permite relacionar coisas análogas ou assemelhadas. Esse é, em essência, o traço característico do processo metafórico, pois toda metaforização é conotação (mas a recíproca não é verdadeira: nem toda conotação é metaforização).

A palavra “ouro”, por exemplo, aparece em qualquer dicionário definida (*i.e.*, denotada) como “metal amarelo, brilhante, muito pesado e muito dútil, do qual se fazem moedas e joias de alto preço e que tem grande valor comercial”. (*Dicionário* de Laudelino Freire). Não há nessa definição de “ouro” uma só característica que não seja de ordem material. Esse é o seu sentido denotativo ou referencial, sentido exato, inconfundível, porque relacionado com o objeto *concreto*.

Mas o mesmo dicionário indica mais adiante, no mesmo verbete: “riqueza, opulência, grande estima, grande valor”, acepções a que poderíamos ainda acrescentar outras: ostentação, avareza, adorno. Neste caso, não se trata da coisa “ouro”, mas da ideia, do juízo, da opinião a respeito dela ou que ela nos sugere, pela sua capacidade de evocar-nos, por associação ou por convenção, conceitos abstratos, ou de despertar-nos sentimentos ou emoções. Seu sentido será assim *afetivo* ou *conotativo*, vale dizer, sugestivo, evocador, metafórico. Da palavra “ouro” irradiam-se ou emanam ondas semânticas desgarradas da realidade *concreta*. Todos os escritores, principalmente os poetas, têm consciência dessa magia latente nas palavras, desse poder de evocar outras ideias além da que lhes é implícita pela sua relação com o objeto. Quem atribuisse às expressões “plumagem do galo” e “ouro pérfido”, nos seguintes versos de Drummond, o sentido denotativo ou referencial, quem visse nelas, como diz outro grande poeta contemporâneo, João Cabral de Melo Neto, apenas “palavras de dicionários”, não entenderia, por certo, a mensagem poética:

Desiludido ainda me iludo.  
Namoro a plumagem do galo  
no ouro pérfido do coquetel.

(Carlos Drummond de Andrade, “O procurador do amor”,  
*Fazendeiro do ar...* [Andrade, 1955])

Nenhum leitor, por mais desprevenido que fosse, veria em “plumagem do galo” as penas do galináceo, ou em “ouro pérfido” o metal precioso com que se fazem joias e moedas. É que essas palavras, nesse contexto, ultrapassam a periferia do sentido exato ou concreto, desdobrando-se em ondas semânticas para serem captadas pelas antenas da sensibilidade do leitor. É o que acontece quase sempre na poesia, onde os símbolos verbais — palavras, termos, expressões, frases — evocam significados dependentes de uma infinidade de fatores de ordem pessoal e íntima (experiência, cultura, hábitos linguísticos, preconceitos, temperamento, sensibilidade), que levam à interpretação do texto, nem sempre a mesma para todos os leitores, sendo até, em certos casos, diferente para o mesmo leitor em momentos diversos. É por isso que Valéry (1953:68) dizia que “*il n’y a pas de vrai sens d’un texte; un texte est comme un appareil dont chacun peut se servir à sa guise et selon ses moyens...*” (não há verdadeiro sentido de um texto; um texto é como um aparelho de que cada qual se pode servir a seu talante e segundo seus meios...)

## 1.5 Sentido intensional e sentido extensional

Relembrando-nos que nenhum dicionário pode dar todos os sentidos das palavras, em virtude das inumeráveis situações (contextos) em que aparecem, Hayakawa (1952:58) chama-nos a atenção para a necessidade de distinguir sempre

o valor denotativo do conotativo, que ele denomina de preferência, *extensional* e *intensional*, respectivamente. O exemplo que nos oferece para frisar a importância dessa distinção é bastante elucidativo, inclusive pelos seus corolários: a declaração de que “anjos velam à noite junto a meu leito” só tem sentido *intensional* (com “s”, adverte o autor)<sup>11</sup> pois não nos é possível vê-los, tocá-los, fotografá-los, o que não significa que não existam, mas que apenas não se pode provar sua existência. Trata-se de uma declaração que não se refere a objeto tangível, que não se apoia em fato concreto. O resultado é que a discussão sobre a existência ou não dos anjos jamais chegará a uma conclusão satisfatória para qualquer dos interlocutores. É uma questão de opinião ou convicção. Tem sentido *intensional*. Por outro lado, quando se diz — o exemplo é ainda de Hayakawa — que esta sala tem 15 metros de comprimento, não haverá margem para disputas estéreis: basta alguém pegar a fita métrica e medi-la. Trata-se aqui de uma declaração de sentido *extensional*.

Aí está, pois — citamos agora textualmente — a importante diferença entre sentido extensional e sentido intensional, a saber: quando as declarações têm sentido intensional, a discussão pode prosseguir indefinidamente, daí resultando conflitos irreconciliáveis. Entre indivíduos, pode provocar a ruptura de laços de amizade; na sociedade, ocasiona a formação de grupos antagônicos; entre as nações, pode agravar tão seriamente as tensões já existentes, que se criam obstáculos à solução pacífica dos desentendimentos

(Hayakawa, 1952:59).

Essa imprecisão do sentido das palavras, que torna difícil ou às vezes impossível a compreensão entre os homens, decorre principalmente da falta de um referente concreto, pois “somente o mundo objetivo é que dá à linguagem significação específica”, como diz Gurrey (1959:24), que acrescenta ainda o testemunho de Roger Fry: “o significado decorre do completo contato que a inteligência faz com as coisas, da mesma forma como a sensação resulta do contato que os sentidos fazem com as coisas”. A não ser assim, as palavras expressam ideias vagas ou plurivalentes, situação agravada ainda por outras circunstâncias tais como os preconceitos e a polarização, que de um modo geral sempre marcaram a atividade mental e o comportamento social dos indivíduos.

É claro que, em certas situações e contextos, a linguagem intensional se impõe por si mesma como decorrência da própria natureza do assunto. É o que acontece com a filosofia, a moral e a religião, que abusam de abstrações. Já o velho Albalat (1921) dizia que “*ce qui rend, en effect, la philosophie ennuyeuse, c’est sa langue abstraite*”, ilustrando sua censura com inúmeros exemplos de filósofos do seu tempo, inclusive, e principalmente, Bergson:

A rigor, poder-se-ia admitir, em algumas raras obras, a necessidade de uma língua especial destinada a um reduzido número de leitores iniciados. Mas abra-se qualquer livro de filosofia, sem exceção: o que aí se lê são coisas deste jaez: “*deficits da vontade*,

*progenerescência das faculdades, taras fisiológicas, que são os adjutores possíveis e não os substitutos das faculdades”, sem esquecer as suspeições, as transformações qualitativas, as idiossincrasias, a heterogeneidade, a existência numenal, as manifestações potenciais, o eu e o não eu fenomenal, os fenômenos superorgânicos...*

(Albalat, 1921:178)

## 1.6 Polarização e polissemia

Outro óbice à comunicação é o que se costuma chamar de *polarização*, essa “tendência a reconhecer apenas os extremos, negligenciando as posições intermediárias”, cujas raízes se encontram “nos sistemas de ética que exerceram influência sobre o mundo moderno. O cristianismo generalizou as palavras do Deus dos hebreus: *Quem não está comigo está contra mim*” (Penteado, 1964:124). Desde Abel e Caim o mundo se dicotomiza em antagonismos, agravados ainda mais pela complexidade da vida moderna. Hoje o mundo está ou parece estar dividido entre o Oriente e o Ocidente — que já não assinalam apenas contrastes geográficos —, entre comunismo e imperialismo, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Essa polarização constitui o grande problema do nosso século, e a comunicação humana tem de sofrer o impacto desse conflito, impacto tanto mais grave e daninho quanto mais *intensional* for o sentido das palavras com que os homens procuram traduzir ideias, conceitos, opiniões. A polarização e o sentido intensional tornam a linguagem ainda mais polissêmica, agravando os conflitos e os desentendimentos. Que se entende exatamente por *nacionalista*, por *entreguista*, por *reacionário*, por *democrata*, por *imperialista*, por *comunista*, ou *socialista* ou *subversivo*? Há 30 anos ou menos, nazistas e fascistas, que se opunham, e ainda se opõem, a comunistas, diziam-se, e ainda se dizem, nacionalistas; hoje os nacionalistas são com frequência tachados de comunistas, e aqueles outros, de reacionários. Os partidários da estatização eram antes fascistas, hoje são comunistas, mas eles mesmos se dizem nacionalistas. Quem defende a iniciativa privada é anticomunista para uns, reacionário para outros, embora se considere democrata e progressista. Para muitos, nacionalismo é amor à pátria, para outros, xenofobia... Polarização e polissemia de mãos dadas.

No Brasil contemporâneo, uma das polêmicas mais extremadas foi a que se travou entre “nacionalistas” e “entreguistas”. Whitaker Penteado, no seu excelente livro citado, transcreve um trecho de Guerreiro Ramos que nos permite fazer uma ideia mais exata do que é sentido intensional e dos riscos a que estão sujeitos os homens quando se servem de palavras desse tipo:

1. O entreguista não acredita no povo como *principal* dirigente do processo brasileiro.
2. Não acredita que o Brasil pode, com os recursos internos, resolver os seus problemas, e tende a considerar o desenvolvimento brasileiro *essencialmente* dependente da entrada de capitais estrangeiros e da ajuda externa.

3. Acredita que o destino do Brasil está *invariavelmente* vinculado ao dos Estados Unidos.
4. *O entreguista contribui objetivamente e com seu trabalho para o êxito de empreendimentos, lesivos ao interesse nacional.*
5. *O entreguista não participa conscientemente, pelo seu trabalho, de nenhum dos esforços coletivos tendentes a promover a emancipação nacional.*

(Guerreiro Ramos apud Penteado, 1964)

Comentando esse conceito de *entreguista*, diz Penteado (1964:131):

O que será uma pessoa que acredita no povo como um dos principais dirigentes do processo brasileiro? E que não acredita que o Brasil possa, com seus recursos internos, resolver seus problemas, tendendo a considerar o desenvolvimento brasileiro parcialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e da ajuda externa? E que acredita estar o destino do Brasil *intermitentemente* [*sic*: deve ser *invariavelmente* como está na transcrição do trecho de Guerreiro Ramos] vinculado aos Estados Unidos?

O que acontece com esse neologismo, “entreguista”, ocorre com a maioria das palavras de sentido não referencial sujeitas ao impacto da polarização e dos preconceitos. Infelizmente, nem sempre é possível evitar — pelo menos em certas áreas do conhecimento humano — essa plurivalência semântica, essa imprecisão de linguagem. Em certos casos, entretanto, é possível diminuir esses riscos, como veremos.